

**DISCURSO DE ÁLVARO NEVES, PRESIDENTE  
DA DELEGAÇÃO DA ORDEM DOS ADVOGADOS  
EM AVEIRO (\*)**

Senhor Ministro da Justiça  
Senhor Vigário Capitular da Diocese  
Senhor Desembargador Representante da Relação de  
Coimbra  
Senhor Procurador da República  
Senhor Governador Civil  
Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro  
Senhores Magistrados  
Minhas Senhoras e Meus Senhores  
Caros Colegas

As contingências de uma eleição a que não assisti elevaram-me a presidente da Delegação de Aveiro da Ordem dos Advogados. E foi nessa qualidade, como modesto representante dos 24 profissionais do foro inscritos pela comarca de Aveiro, que o Senhor Presidente da Câmara desta cidade teve há dias a penhorante gentileza de me convidar a assistir e fazer ouvir a minha insípida e descolorida voz no solene acto de inauguração desta Domus Justitiae que é bem um magnífico e magnificante Palácio da Justiça na sua traça arquitet-

---

(\*) Proferido em 8 de Julho de 1962, na sessão de inauguração do Palácio da Justiça de Aveiro.

tónica, nos seus mármoreos estrangeiros, na sumptuosidade e conforto dos seus interiores, na variedade e beleza das suas obras de arte.

É V. Ex.<sup>o</sup>, Senhor Ministro da Justiça, na pirâmide que todos nós, advogados, magistrados e funcionários judiciais, representamos, é V. Ex.<sup>o</sup> o vértice ou cume.

Por isso de todos os meus colegas recebi o honroso mandato de saudar V. Ex.<sup>o</sup> neste acto, saudação que se estende ao jurisconsulto e ao professor catedrático.

Mas sucede que eu não posso neste momento deixar de juntar duas considerações de ordem pessoal, para mim emotivas, na medida em que recordam a minha juventude, essa «flor de lotus que em cem anos floresce apenas uma vez», no dizer sugestivo de Junqueiro, e que não longe ainda vejo já a distanciar-se:

— E a primeira é que frequentámos ambos, pela mesma altura, a Faculdade de Direito dessa vetusta Universidade de Coimbra. Era V. Ex.<sup>o</sup> estudante mais adiantado do que eu. Todos lhe conhecíamos a riqueza de espírito traduzida numa inteligência invulgar e perspicaz e em qualidades de trabalho excepcionais.

É assim fácil deduzir que V. Ex.<sup>o</sup> era o estudante mais classificado do seu curso.

A par disso havia no seu tratamento para os colegas, mesmo os mais novos, e para toda a gente, uma jovialidade, uma lhaneza, uma comunicabilidade que o tornaram uma figura conhecida e querida de toda aquela enorme massa estudantil.

E por isso V. Ex.<sup>o</sup> foi também presidente da A. A. de Coimbra, em cuja qualidade o ouvi num notável discurso que pronunciou na Sala dos Capelos — a velha e majestosa sala dos Actos Grandes da mais antiga Universidade do País.

Recordo-me de o ter visto em todos esses cafés da Alta — o Jesuíta, o Pirata, o Lusitano, o Vasconcelos da Académica — que todos viviam da exploração da magra bolsa do estudante e que derruídos pelo camartelo do progresso são hoje templos da nossa recordação e da nossa saudade.

— E a segunda razão de ordem pessoal que não posso esquecer é que V. Ex.<sup>a</sup> foi meu professor — circunstância que certamente não olvidou ainda. Mas talvez só eu recorde que foi aluno de V. Ex.<sup>a</sup> no seu primeiro ano de magistério.

Eu estava no terceiro ano da Faculdade; V. Ex.<sup>a</sup> tinha acabado de se licenciar e logo tinha recebido a distinção do convite para ingressar no professorado universitário como assistente do Prof. Pires de Lima, no curso de direitos reais. E quantos, quantos alunos desse curso, seriam mais velhos do que V. Ex.<sup>a</sup>?

Consinta pois, Senhor Ministro, que o modesto estudante que eu fui saúde o meu contemporâneo de Coimbra e depois e também o meu professor Antunes Varela, no seu primeiro ano de regência.

★

O edifício que estamos inaugurando e onde amanhã começam a funcionar todas as repartições do departamento do Estado que V. Ex.<sup>a</sup> superiormente dirige ficará para os vindouros e por largas décadas como o mais requintado, majestoso e confortável edifício público, não só desta cidade, como de todo o distrito.

Tenho mesmo a impressão de que este, depois do do Porto, sobrelevará, no conjunto e a apreciável distância, os demais palácios da justiça já inaugurados e em funcionamento.

Isto constitui a um tempo uma homenagem a Aveiro e a satisfação de um velho e legítimo anseio.

Está de parabéns Aveiro, esta encantadora cidade de clima ameno que a Ria banha e abraça no contacto íntimo e inseparável duma autêntica irmã siamesa.

E estamos de parabéns todos nós, homens do foro.

É que, para além da comodidade que representa a concentração de todas as repartições ligadas à função judicial e do conforto que nos mínimos detalhes aqui se respira e de que usufruiremos, a monumentalidade e grandeza desta casa emprestam à administração da Justiça a que se destina aquela dignidade, aquele prestígio, aquela majestade que sempre devem rodear a Casa da Justiça.

Foi em Paris, no velho e majestoso *Palais de Justice*, antiga residência dos governadores romanos e depois habitação dos primeiros reis de França, que tem encastado no coração essa esguia jóia arquitectónica de vitrais maravilhosos que é a *Sainte Chapelle*, que eu pela primeira vez senti a importância que para a Justiça pode ter o local em que é administrada.

Recordo até, como nota curiosa, que quando em Setembro do ano último, uma vez mais de visita ao *Palais*, assistia a um julgamento, com indumentária pouco mais abundante que a do turista francês que por essa época costuma visitar Portugal, um zeloso oficial de diligências abeirou-se de mim e pela impropriedade do meu traje aconselhou-me e pediu-me que abandonasse a sala.

Este facto, quase paradoxalmente ocorrido numa sala de audiências dum tribunal dessa libérrima França, veio mostrar-me como aí é respeitada e dignificada a difícilíssima missão de julgar, como aí a Justiça é uma deusa que todos veneram, porque sabem que ela é o índice mais seguro da paz e estabilidade do povo, e portanto do seu progresso e felicidade.



O admirável fresco de Martins Barata que na sala do 2.º Juízo perpetuará a memória de José Estêvão é, além de acto de justiça para o homenageado, motivo de justificado orgulho para os Aveirenses.

José Estêvão não foi só glória de todo este distrito, não é apenas o maior de todos os filhos desta cidade; é como que o próprio símbolo das virtudes do povo desta zona lagunar que ele tanto amou e tão desveladamente serviu e defendeu.

No seu amor à liberdade que nunca traiu e em cuja defesa jogou a própria vida, na tolerância desafectada do seu espírito ímpar, na dádiva desinteressada de todas as suas possibilidades à causa do povo, no seu desassombro, na sua coerência, na sua altivez, José Estêvão foi bem um homem de Aveiro.

Não esquecerei jamais a lição admirável que deu quando, depois de ter travado luta de vida ou de morte com os miguelistas, se ofereceu e veio a ser o advogado combativo e ardoroso do *Portugal Velho*, órgão dessa facção, num processo por abuso de liberdade de imprensa que o Governo lhe movia. E em tal situação apareceu ainda por devoção à liberdade e por tolerância, virtudes que coerentemente são inseparáveis.

Mas sucede ainda, Senhor Ministro, que o imortal tribuno foi quase o precursor da ideia, não digo da construção de um Palácio de Justiça, mas da adaptação de diversos edifícios àquela função. Na verdade, na sessão da Câmara dos Deputados de 16 de Julho de 1853 ele requereu — e transcrevo — «que o Governo escolhesse dos edifícios nacionais que em Aveiro eram destinados para os diversos serviços da Repartição Militar os que se pudessem dispensar com as melhores

condições para se estabelecer as cadeias e tribunais, por forma que o edifício satisfizesse às condições que as ideias humanitárias, a filosofia do direito e as prescrições que o Código Penal indicam em construções daquela espécie».

Teve agora plena realização, para as necessidades actuais, a ideia que há 109 anos germinara no espírito do incomparável orador parlamentar.

E, na medida em que assim é, a inauguração de hoje representa mais uma homenagem que se lhe presta.



Mas parece-me que neste tribunal alguma coisa falta.

Talvez tivesse sido possível adornar uma das paredes desta Casa, ou um dos átrios deste edifício, com o vulto daquele aveirense que foi, «em todas as suas actividades — advogado, professor, jurisconsulto, parlamentar, estadista, diplomata — muito, muito grande», conforme eloquentemente afirmou o Dr. Pedro Pitta, insigne e corajoso Bastonário da Ordem dos Advogados.

Refiro-me a essa extraordinária figura, aqui nada e criada, que quase menino se licenciou em direito com 19 anos apenas e que depois foi ministro da Justiça, ministro dos Negócios Estrangeiros e ministro da Instrução, que foi por seus méritos e por seu saber professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, que tanto prestigiou e honrou e de onde, prematura e forçadamente, se viu afastado; refiro-me ao infatigável e amável trabalhador do Direito, director duma revista jurídica cuja vida também se viu cortada em plena floração; refiro-me ao grande e leal advogado que até os interesses da Pátria gratuitamente defendeu quando, em país estrangeiro, se reclamaram da Alemanha «as indemni-

zações por prejuízos sofridos durante a primeira Grande Guerra»; refiro-me, com a certeza de que ninguém ofendo, ao maior juriconsulto aveirense de todos os tempos; refiro-me ao antigo Bastonário da Ordem dos Advogados, honra máxima que a um licenciado em direito pode ser concedida e que Palma Carlos ao ser investido no mesmo cargo traduziu nestas inspiradas palavras: «Alcancei, meus Senhores, o mais alto galardão que da vida podia esperar; nem jamais receberei outro — seja qual for — que tanto e tanto me enobreça».

A sombra tutelar de Barbosa de Magalhães adejando nestas salas seria mais uma homenagem à justiça e à verdade, preito sentido ao homem que tudo deu num holocausto total à sua dama, que era acima de tudo o culto do direito e o amor à liberdade.

E é gostosamente que eu recordo que, na sessão solene de homenagem que em sua memória lhe foi prestada pela Ordem dos Advogados em Lisboa e a que V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Ministro, se dignou presidir, são de V. Ex.<sup>a</sup> estas palavras:

«A justa exaltação dos homens que pelas suas altas qualidades de inteligência ou de saber e pela sua integridade de carácter conseguiram elevar no conceito público o valor do patrocínio judiciário é, antes de mais, uma lição e um estímulo para os mais novos na profissão».



Amanhã iniciar-se-á um novo ciclo na administração da justiça na comarca de Aveiro.

Os advogados por aqui inscritos, servidores do direito como legalmente são definidos, continuarão na esteira dos seus colegas portugueses, a mostrar-se dignos da definição e

a honrar a advocacia que se pratica em todos os países evoluídos do Mundo.

Nenhuma profissão como esta, para nobremente se realizar, necessita de tamanha independência, de igual altivez, do mesmo desassombro.

«Os cavaleiros do direito nunca cessaram de formar a arrojada vanguarda da liberdade», como lapidarmente afirmou o grande advogado, diplomata e estadista brasileiro e advogado honorário português que é João Neves da Fontoura.

Na verdade, como conceber uma reclamação da justiça — e é esse poder a essência da nossa profissão — tergiversante, tímida e subserviente, um clamor coacto e distante no qual nem reparariam os executores distraídos do direito...

Esta profissão para ser útil — e sem ela não poderá haver justiça — tem de ser exercida sem peias de quaisquer natureza, quer elas se situem no campo político, quer se enraízem nos domínios do económico.

E é por isso que para os ditadores e os tiranos é a nossa profissão incómoda porque indomável, porque esta é uma profissão que não deixa endeusar os homens, que os nivela e tudo critica, que denuncia todos os atropelos e prepotências.

Sim, Napoleão afirmou:

«Je vais chasser les avocats» e proibiu, embora fugazmente, o exercício da advocacia.

O nosso Marquês de Pombal, na Lei da Boa Razão, dizia que «a experiência tem mostrado que as interpretações dos advogados consistem ordinariamente em raciocínios frívolos e ordenados mais a implicar com sofismas as verdadeiras disposições das leis, do que a demonstrar por elas a justiça das partes».

E quem poderá ter esquecido as perseguições de que foram vítimas os advogados judeus na Alemanha nazi ou as restri-



ções impostas na Argentina de Peron à liberdade de discussão do Colégio de Advogados daquele país?

«Mas não é apenas o nosso destino e o nosso garbo, dos advogados de ontem, de hoje e de amanhã; sofrer a perseguição dos ditadores de todos os tempos e combatê-los e superá-los, vendo-os desaparecer logo, enquanto nós perduramos...» no dizer do grande Haroldo Valadão, que continua:

«Cabe-nos ainda a glória e a responsabilidade de sermos os construtores do novo direito, os renovadores da ordem jurídica, as alavancas do progresso jurídico.

É que somos os primeiros a sentir, no convívio diuturno com os desejos, as dores e as alegrias dos nossos semelhantes, as reacções humanas às disposições jurídicas vigentes, vagas, incompletas ou injustas; é que recebemos nós, os advogados, o primeiro impacto das novas necessidades sociais».

Firmes no nosso posto, à semelhança de varões de Plutarco, conscientes dos nossos direitos e arcando com as responsabilidades que derivam do exercício duma profissão que serve e está na base da justiça, que é filha da moral, envoltos nas nossas togas, nosso símbolo igualitário, eu termino parafraseando Vítor Hugo:

Nós, advogados, apenas temos uma pedra nas nossas fundas, mas esta pedra é boa; esta pedra é a Justiça.